



Novo Oriente Solar Holding S.A.

CNPJ nº 53.842.023/0001-00 - NIRE nº 35.300.631.897

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 9 de Agosto de 2024

1. Data, Hora e Local: Realizada às 10 horas do dia 9 de agosto de 2024, na sede social da **NOVO ORIENTE SOLAR HOLDING S.A.** ("Companhia"), na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codlog 44191-0, Prédio 22, Bloco A, Sala 101, Lapa de Baixo, CEP 05069-900. **2. Presença e Convocação:** Dispensada a publicação de editais de convocação, na forma do disposto no artigo 124, §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, por estar presente a acionista que representa a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante no Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Mesa:** Os trabalhos foram presididos pela Sra. Paula Ferrareto Dalbello e secretariados pelo Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior. **5. Ordem do Dia:** Deliberar sobre o Financiamento do BNDES e suas respectivas garantias, nos termos aprovados pela Decisão DIR nº 173/2024 -BNDES, de 11.07.2024 ("Decisão de Diretoria do BNDES"), e demais assuntos correlatos. **6. Deliberações:** Instalada a Assembleia, após a discussão das matérias da ordem do dia, a acionista presente aprovou, sem quaisquer ressalvas, reservas ou restrições: (i) o financiamento de longo prazo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, para a implantação das Usinas Fotovoltaicas Novo Oriente, localizadas no município de Ilha Solteira, com capacidade instalada de 254,506 MW, bem como sistema de transmissão de interesse restrito, composto pela Subestação Novo Oriente e pela Linha de Transmissão 138 kv, circuito simples, com cerca de 4,35km de extensão, interligando a Subestação Novo Oriente e a Subestação Três Irmãos ("Projeto Novo Oriente"), no valor total de até R\$ 805.000.000,00 (oitocentos e cinco milhões de reais), sendo o valor de: (a) R\$ 128.800.000,00 (cento e vinte e oito milhões e oitocentos mil reais) para a Central Solar Novo Oriente I S.A. ("NOS I"); (b) R\$ 128.800.000,00 (cento e vinte e oito milhões e oitocentos mil reais) para a Central Solar Novo Oriente II S.A. ("NOS II"); (c) R\$ 128.800.000,00 (cento e vinte e oito milhões e oitocentos mil reais) para a Central Solar Novo Oriente III S.A. ("NOS III"); (d) R\$ 128.800.000,00 (cento e vinte e oito milhões e oitocentos mil reais) para a Central Solar Novo Oriente IV S.A. ("NOS IV"); (e) R\$ 144.900.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões e novecentos mil reais) para a Central Solar Novo Oriente V S.A. ("NOS V"); e (f) R\$ 144.900.000,00 (cento e quarenta e quatro milhões e novecentos mil reais) para a Central Solar Novo Oriente VI S.A. ("NOS VI" e, em conjunto com a NOS I, NOS II, NOS III, NOS IV e NOS V, as "SPES") ("Financiamento"), a ser formalizada por meio de Contrato de Financiamento nº 24.2.0173.1, a ser celebrado entre a SPES, na qualidade de clientes, o BNDES, na qualidade de credor, a EDP Renováveis Brasil S.A. ("EDPR") e a Companhia, na qualidade de intervenientes ("Contrato de Financiamento"); (ii) a outorga, pela Companhia, nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, de garantia real, em favor do BNDES, na forma de penhor, da totalidade das ações de emissão das SPES de propriedade da Companhia, bem como quaisquer outras ações representativas do capital social das SPES que venham a ser subscritas, adquiridas ou de qualquer modo detidas pela Companhia, quaisquer valores mobiliários conversíveis em ações e direitos de subscrição, assim como dividendos, rendimentos e demais direitos decorrentes da titularidade das referidas ações pela Companhia ("Penhor de Ações das SPES"), a fim de garantir as obrigações assumidas no âmbito do Contrato de Financiamento e das garantias acessórias; (iii) a outorga, pela Companhia, nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, de garantia real, em favor do BNDES, na forma de cessão fiduciária ("Cessão Fiduciária" e, em conjunto com o Penhor de Ações, as "Garantias"), a ser formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e Outras Avenças nº 24.2.0173.2 ("Contrato de Cessão Fiduciária"), envolvendo os seguintes direitos creditórios: (a) os direitos creditórios provenientes do Amazon Power Purchase Agreement, celebrado entre a NOS I, NOS II e NOS III e a A100 Row Serviços de Dados Brasil Ltda, em 19 de abril de 2022, bem como eventuais aditivos ("PPA Amazon"); (b) os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos de compra e venda de energia celebrados ou que venham a ser celebrados pelas SPES, em conjunto ou isoladamente, no Ambiente de Contratação Livre ("ACL") ou no Ambiente de Contratação Regulado ("ACR"), decorrentes do Projeto Novo Oriente; (c) os direitos creditórios provenientes de quaisquer outros contratos que gerem receita para as SPES, tais como contratos de consórcio, associação, locação de equipamentos, cessão onerosa do uso ou posse de imóveis, prestação de serviços de operação e manutenção, acordos operativos, dentre outros; (d) quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes do Projeto Novo Oriente, inclusive aqueles relativos a operações no mercado de curto prazo e/ou de operação em teste; (e) os direitos creditórios das "Contas Centralizadoras SPES", "Contas Reserva do Serviço da Dívida BNDES" e "Conta Centralizadora da Holding", definidas, listadas e reguladas nos termos das Condições para Operação anexas à Decisão de Diretoria do BNDES e no âmbito do instrumento contratual por meio do qual será formalizada a Cessão Fiduciária; (f) os direitos creditórios decorrentes dos contratos de mútuo celebrados ou que venham a ser celebrados entre as SPES e a Companhia; (g) os direitos emergentes das autorizações decorrentes das Resoluções Autorizativas expedidas em favor de cada uma das SPES pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") (Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.996/2022, Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.997/2022, Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.998/2022, Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.999/2022, Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.000/2022 e Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.001/2022, e suas alterações posteriores), bem como de eventuais Resoluções e/ou Despachos do Ministério de Minas e Energia ("MME") ou da ANEEL que venham a ser emitidos em favor das SPES, incluindo as suas subseqüentes alterações; e (h) os direitos creditórios de titularidade de cada uma das SPES provenientes dos contratos relativos ao Projeto Novo Oriente, a fim de garantir as obrigações assumidas no âmbito Contrato de Financiamento e demais garantias acessórias; (iv) nos termos da Decisão de Diretoria do BNDES, a contratação do Financiamento pelas SPES, bem como da outorga das seguintes garantias reais pelas SPES, no âmbito do Projeto Novo Oriente e do Financiamento: (a) aprovação da outorga, pelas SPES, de garantia real, em favor do BNDES, na forma de penhor, de máquinas e equipamentos de propriedade das SPES, relacionados ao Projeto Novo Oriente, conforme indicados no Contrato de Financiamento (conforme alterado de tempos em tempos, o "Penhor de Equipamentos"), a fim de garantir as obrigações previstas no âmbito Contrato de Financiamento e demais garantias acessórias; e (b) aprovação da outorga, pelas SPES, de garantia real, em favor do BNDES, na forma de Cessão Fiduciária, a ser formalizada por meio do Contrato de Cessão Fiduciária; (v) a autorização aos diretores da Companhia e das SPES e/ou demais representantes legais da Companhia e das SPES, devidamente constituídos nos termos do estatuto social da Companhia e/ou das SPES, para (a) negociar e estabelecer todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis ao Financiamento, ao Contrato de Financiamento, às Garantias, (b) celebrar o Contrato de Financiamento e o Contrato de Cessão Fiduciária, bem como seus eventuais aditamentos, e, dentro dos limites das obrigações a serem assumidas pela Companhia e pelas SPES, no âmbito do Contrato de Financiamento e do Contrato de Cessão Fiduciária, assinar quaisquer aditamentos, procurações, notificações, anexos, solicitações e/ou declarações relacionados ou anexos a tais documentos e/ou relacionados ao Financiamento e às Garantias, que venham a ser necessários e/ou convenientes à realização, formalização, implementação, aditamento e/ou aperfeiçoamento do Financiamento e das Garantias, incluindo a prática de atos relacionados à publicação e ao registro dos documentos de natureza societária e do Contrato de Financiamento e do Contrato de Cessão Fiduciária perante os órgãos competentes, (c) contratar os prestadores de serviços necessários para a contratação do Financiamento, incluindo, mas não se limitando a, o banco administrador das contas bancárias de movimentação restrita de titularidade da Companhia e/ou das SPES vinculadas ao Financiamento, podendo, para tanto, negociar e assinar os respectivos contratos e fixar lhes os honorários, e (d) praticar, em nome da Companhia e/ou das SPES, todos e quaisquer atos necessários ao cumprimento integral das matérias acima e para formalizar as deliberações deste instrumento; e (vi) a ratificação de todos os atos já praticados pelos diretores da Companhia e/ou das SPES e/ou demais representantes legais da Companhia e/ou das SPES, devidamente constituídos nos termos do estatuto social da Companhia e/ou das SPES, relacionados e/ou decorrentes das matérias acima. **7. Encerramento e Lavratura de Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, Sra. Paula Ferrareto Dalbello, Presidente, ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a pediu, declarou encerrados os trabalhos e suspenso a reunião pelo tempo necessário a lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes e assinada. *Assinaturas: Mesa:* a Sra. Paula Ferrareto Dalbello - Presidente e o Sr. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. *Acionista presente:* EDP Renováveis Brasil S.A. São Paulo, 9 de agosto de 2024. **A presente ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Mesa: Paula Ferrareto Dalbello - Presidente. Antonio Garcia Rodenburg de Medeiros Netto Junior - Secretário. JUCESP nº 305.484/24-2 em 16/08/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.**

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2021, que institui a
Infraestrutura da Chaves Públicas
Brasileira - ICP-Brasil.



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa
Diário de Notícias em seu site de notícias.

AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link
<https://publlegal.diariodenoticias.com.br/>